

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

(CFOP)

21.06.2022

* * *

- Abre a reunião o Sr. Gimalci Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião Extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, da 4ª Sessão Legislativa da 19ª Legislatura, convocada com a finalidade de ouvir o secretário de Estado da Fazenda e Planejamento, o Sr. Felipe Salto, que irá demonstrar o cumprimento das metas fiscais do terceiro quadrimestre do exercício de 2021 e do primeiro quadrimestre do exercício de 2022, conforme previsto no parágrafo 4º do Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Nesse momento eu vou fazer a chamada aqui dos Srs. Deputados, membros da Comissão. Deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Deputado Caio França. (Pausa.) Deputada Dra. Damaris Moura.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputada. Deputado Adalberto Freitas. (Pausa.) Deputado Alex de Madureira.

O SR. ALEX DE MADUREIRA - PL - Presente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Muito obrigado. Deputado Gilmaci Santos presente. Deputado Marcio da Farmácia.

O SR. MARCIO DA FARMÁCIA - PODE - Presente, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Muito obrigado. Deputado Delegado Olim.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Presente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Muito obrigado, deputado. Deputado Dirceu Dalben. (Pausa.) Deputado Estevam Galvão.

O SR. ESTEVAM GALVÃO - UNIÃO - Presente, Excelência.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Muito obrigado, deputado Estevam. Solicito à Secretaria a leitura da Ata da reunião anterior. Deputado Adalberto Freitas também.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Olá, boa tarde. Boa tarde, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Boa tarde. Registro a presença do deputado Adalberto Freitas. Solicito à Secretaria a leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Já dispensam da leitura da Ata, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Regimental. Havendo acordo dos nossos deputados, então, está dada como lida a Ata da reunião anterior.

Nesse momento, antes de passar a palavra ao secretário que importa que nessa tarde seja ouvido, eu queria conceder a palavra ao presidente da Casa, deputado Carlão Pignatari. Por favor, deputado, é uma honra ter V. Exa. aqui na nossa comissão. Dou a V. Exa. a palavra. Por favor.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Boa tarde, boa tarde a todos, boa tarde, Felipe. Seja bem-vindo aqui na Assembleia Legislativa. Boa tarde, presidente. Só para cumprimentar todos e desejar uma boa sessão para todos e que o secretário nos esclareça alguns pontos do orçamento fiscal do Estado desse ano.

Um abraço, boa tarde a todos. Boa reunião.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado, presidente.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, deputado Adalberto Freitas.

O SR. ADALBERTO FREITAS - PSDB - Eu gostaria de cumprimentar o nosso secretário Felipe Salto por estar presente aqui na Assembleia Legislativa, por representar também o estado de São Paulo nessa importante Secretaria e por ser um jovem promissor na carreira. Estive na posse dele, desejo tudo de bom para o Sr. Secretário. Conte com a gente aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Adalberto Freitas.

Neste momento, então, quero já, de imediato, sem mais delongas, passar a palavra ao secretário, para que ele possa fazer aqui a sua explanação.

(Vozes sobrepostas.) deputado Vinícius Camarinha.

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSDB - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pois não?

O SR. VINÍCIUS CAMARINHA - PSDB - Queria apenas saudar V. Exa., toda a Comissão, pela liderança de governo, saudar o nosso secretário, brilhante secretário, uma experiência fantástica na economia pública, sobretudo, tem uma experiência nacional e que hoje empresta todo esse conhecimento ao nosso estado de São Paulo.

Então, secretário, seja bem-vindo. Primeira audiência pública que o senhor participa nessa Comissão, mas queria lhe dizer do entusiasmo que estamos frente a tua chegada à Secretaria. Em seu nome, eu quero saudar toda a equipe da Secretaria da Fazenda.

Muito obrigado, seja bem-vindo. Obrigado, presidente, parabéns pelos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado.

Você também me desculpa eu não ter saudado, anunciado V. Exa. com a presença também aqui no Plenário Dom Pedro.

Saudar, cumprimentar, muita alegria, deputada Janaina Paschoal. Por favor, deputada, mais a frente aqui. Obrigado pela presença de Vossa Excelência.

E já nesse momento, então, anunciar também, já está presente na Comissão também, agora o deputado Dirceu Dalben consta a presença. Obrigado, deputado Dirceu Dalben, pela presença de V. Exa. também, nosso vice-presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, deputado Dirceu Dalben.

Secretário, a palavra é de Vossa Excelência. Fique à vontade para fazer a sua explanação.

O SR. FELIPE SALTO - Boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Saudar também presencialmente o deputado Delegado Olim. Por favor, deputado. Obrigado.

O SR. FELIPE SALTO - Imagina. Bom, boa tarde a todos.

Primeiro lugar cumprimentar o presidente, deputado Gilmaci. Cumprimentar o presidente Carlão Pignatari: prazer, também, vê-lo aqui. O vice-presidente da Comissão, o deputado Dirceu Dalben. O nosso líder aqui, Vinícius Camarinha, também é um prazer vê-lo. Deputado Enio Tatto, deputada Janaina Paschoal.

Prazer também poder, digamos assim, inaugurar minha participação aqui apresentando relatórios fiscais. Eu tenho brincado que sempre, nos meus quinze anos de

experiência como especialista em contas públicas: sempre estive do lado de lá do balcão, não é? De atirar pedra. E agora eu estou do lado de cá, mostrando os números e defendendo a nossa gestão.

Então, eu organizei uma apresentação com base nos dados do relatório do primeiro quadrimestre. Vou pedir para exporem os slides, por favor. E basicamente o que nós precisamos fazer aqui é mostrar o cumprimento das metas. Todas as metas foram cumpridas. O estado de São Paulo tem produzido um resultado orçamentário - um resultado chamado primário, que é aquele que não contempla as despesas e receitas financeiras, mais conhecidas como despesas de juros - bastante positivo.

Nós distribuimos o material impresso também, algumas tabelas são um pouco pequenas para visualizar, mas está tudo disponível para quem quiser consultar. E a Lei de Responsabilidade Fiscal manda que o Executivo preste contas ao Legislativo nos três níveis, mostrando que essas metas estão sendo cumpridas e dando uma indicação a respeito do que vai acontecer com as contas do Estado até o fim do ano.

Então, a apresentação está dividida - volta um slide, por favor - em alguns tópicos: indicadores, receitas, despesas, resultado, os demonstrativos propriamente ditos e uma última parte que eu adicionei - que não é tradicional, mas eu acho importante também destacar aqui, colher críticas e sugestões dos senhores e senhoras parlamentares -, que é um tópico de avanços e desafios, propostas que a gente pode endereçar para tratar de temas como benefícios tributários, maior transparência, controle do gasto e planejamento fiscal e orçamentário. Pode passar.

Nessa primeira tabela, o que a gente pode ver é que no primeiro quadrimestre de 2022 nós tivemos um resultado primário na primeira linha de 19,6 bilhões, que é um resultado bastante expressivo e acima da meta fixada para o ano, de 17,035 bilhões, esse resultado em percentual da receita corrente líquida - que é uma forma da gente sopesar se esse valor em bilhões representa algo importante ou não tão importante. E de fato é um valor alto: 9,4% da receita corrente líquida, que é o principal indicador de arrecadação dos estados.

O resultado primário de 2021, que está aí a tabela também para a gente poder comparar, ele foi bastante expressivo. Foi de 41,9 bilhões. Esse resultado reflete, de um lado, o dinamismo da atividade econômica no estado de São Paulo: o ICMS, marcadamente em São Paulo, teve um desempenho muito significativo. É verdade que houve uma influência da inflação, a gente sabe que o Banco Central demorou a agir contra a inflação e isso acabou turbinando as receitas do setor público. Porém, no caso de São

Paulo, nós tivemos um crescimento, por exemplo, da receita do ICMS bem acima da inflação: 17% acima da inflação no ano passado. E é claro que esse desempenho não vai se repetir. É importante a gente ter claro que ajuste fiscal, responsabilidade fiscal - que no fundo é responsabilidade com o dinheiro público - tem que ser um compromisso permanente. Como um professor na Fundação Getúlio Vargas me dizia, custo é que nem unha e cabelo: você corta, fica tudo bem, depois passado um tempo tem que cortar de novo.

Então, é muito importante a gente ter presente o lado da receita e da despesa. A capacidade de arrecadação de São Paulo é muito grande, porque nós temos uma atividade econômica pujante, a indústria, o comércio, talvez o comércio certamente mais moderno do País. E isso permite, então, ter uma consistência mesmo em períodos de crise. E o que nós vemos nesse resultado de 2021, portanto, é talvez um resumo da ópera nesse número de 41,9 bilhões.

Outro dado que eu destacaria para 2021 e para o quadrimestre de 2022 é também o resultado previdenciário. Nós temos um resultado, como todos sabem, que é negativo, o déficit da Previdência. O regime de previdência no Brasil, em grande medida, é um regime de repartição. Isso implica quase que necessariamente ter déficits previdenciários. A questão é que os déficits precisam ser equilibrados ao longo do tempo. Eu costumo dizer que dívida é coisa boa, desde que você seja um bom pagador. Quer dizer, o Japão não é pior que o Brasil por ter uma dívida de 220% do PIB. O Brasil tem 80% do PIB. Por que não é pior? Porque ele tem condições de ter uma dívida maior: o juro real dele é muito baixo, quando descontada a inflação esperada. E nós temos uma dívida de 80, mas com o juro real de 8% e uma Selic que voltou a dois dígitos, não é?

Então, esse contexto de déficits previdenciários deve ser apresentado e deve ser uma informação debatida, mas é importante dizer que os efeitos da reforma da Previdência foram expressivos e nós temos uma conta relativamente equilibrada, como a gente pode ver também pela abertura das receitas e despesas do regime previdenciário.

Gasto de pessoal, outro tópico que a Lei de Responsabilidade Fiscal - que é a Lei Complementar nº 101, de maio de 2000 - trata com particular atenção, nós também temos cumprido com folga os limites fixados na lei. Vejam, por exemplo, o primeiro quadrimestre de 2022: 38,7 por cento. Esse percentual significa que nós gastamos cerca de 40%, menos de 40% com relação à receita corrente líquida para pagar os ativos e os inativos. E isso no caso do Executivo. Então, nós temos um número bastante controlado. Nós estamos cumprindo também as metas fixadas na própria Lei de Responsabilidade

Fiscal, os limites. O resultado nominal no primeiro quadrimestre de 2022, como vocês podem acompanhar no primeiro quadrimestre de 2022, que é a penúltima coluna, foi um resultado negativo em 1,6 bilhão. Isso acontece porque o resultado nominal - diferentemente do primário que a gente viu lá em cima, que foi de 19,6 positivo -, ele contempla também os efeitos financeiros. A receita financeira, a receita não tributária, e a despesa com juros, a despesa financeira, que é elevada. São Paulo tem uma dívida elevada com a União. A Lei nº 9.496 de 1997 - governo Fernando Henrique - promoveu uma renegociação das dívidas dentro de um plano chamado Proes (o equivalente no setor privado foi Proer), e o Proes ajudou a sanear os Estados, os bancos estaduais e também as contas do setor público estadual e municipal.

Nesse momento há uma grande atenção às contas dos Estados, toda a discussão do ICMS de combustíveis, mas a verdade é que São Paulo tem conseguido passar por esses momentos de turbulência e de crise com as contas bastante bem organizadas. Próximo slide, por favor.

Dando uma maior atenção aqui às receitas. Eu estou na tabela número B.1, em receitas. Eu destaco o seguinte: de um lado nós tínhamos, na Lei Orçamentária Anual para 2022, uma previsão de crescimento nominal - quer dizer, sem descontar a inflação - de 2,9% para esse ano. Essa é a nossa previsão. Passaria a receita total de 278,6 bilhões para 286,7 bilhões. Isso representa uma variação de 2,9 por cento.

Agora, quando a gente compara o que vem acontecendo de janeiro a abril - a gente tem os dados mais recentes de maio e junho, que depois eu posso até comentar com maior detalhe -, esse desempenho de janeiro a abril é mais positivo do que aquele esperado ou projetado na Lei Orçamentária Anual. Não é tão significativo quanto o do ano passado. É esperada essa desaceleração das receitas, principalmente tributárias, mas é um desempenho que merece ser destacado. Veja na quarta coluna a variação nominal, representada B sobre A: 18,8% de crescimento das receitas totais. Janeiro a abril do ano passado, comparando com janeiro a abril desse ano. Então, em termos reais, como a inflação está muito alta, nós temos um crescimento de 6,9 por cento.

Então, é uma situação positiva, fruto das medidas que vem sendo tomadas há muito tempo, e que nos dá um certo conforto. Porém, não é uma situação em que se pode dizer ou pode se autorizar um gasto crescente ou acelerado. O que é possível dizer é que o orçamento previsto para esse ano de investimentos, que é um dos maiores orçamentos nessa matéria, de gastos em infraestrutura e investimento, vai provavelmente ser bastante bem executado, o que é um sinal bom para São Paulo. A gente recupera - e isso já vinha

acontecendo desde o ano passado - a capacidade de investir, e claro que é um desafio grande nesse ponto também, mas quando a gente compara São Paulo com os demais estados há claramente uma diferença, não é? O que preocupa também, porque a gente sempre enaltece e deve enaltecer essa pujança da economia paulista, mas é preocupante quando a gente olha para os outros estados e vê níveis de investimentos tão baixos.

Dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas mostram que o setor público como um todo - esse dado é importante - investia, em 1973, 11,7% do PIB, isso incluindo empresas estatais. Hoje investe-se menos de 1,5% do PIB no agregado. Agora, esse é um movimento que se observa muito no grupo de países que passaram do grupo de países em desenvolvimento para desenvolvidos, Deputado Enio Tatto, porque vai reduzindo essa participação do Estado e vai aumentando o privado. Só que no Brasil aconteceu o oposto: nós reduzimos a participação do setor público no investimento e reduzimos também o privado. Então, a formação bruta de capital fixo, ela nunca esteve numa situação tão crítica. Nós estamos investindo de 15 a 16% do PIB do Brasil, se a gente considerar o setor privado também. Então, isso destaca ainda mais esse desempenho positivo do estado de São Paulo. Pode passar.

Se a gente olhar por setor, o ICMS, que é o principal imposto - e aqui é sempre importante dizer que o ICMS é um imposto sobre o valor agregado ou valor adicionado, chamado IVA, que é adotado em muitos países e é adotado também no Brasil, mas com uma particularidade: a gente cobra na origem e no destino. Então, esse ovo da serpente que foi posto, lá atrás, com o objetivo nobre de repartir ou compartilhar ou dividir receitas dos estados ricos com os estados pobres, na verdade não produziu esse efeito de equalização entre os estados e produziu uma grande confusão no regime de tributação do nosso IVA, do nosso ICMS. Por que? Porque quando você cobra na origem e no destino com alíquotas diferenciadas, então, por exemplo, se eu produzo essa garrafa de água num estado do Nordeste e exporto para São Paulo, fica 12% na origem, e aqui em São Paulo vai recolher a alíquota interna - 18 menos 12 - seis por cento. Isso em tese. Agora, como a alíquota na saída é 12, então o poder de fogo desse estado hipotético para dar um crédito presumido, um crédito outorgado ou uma redução de base de cálculo ou uma redução de alíquota, é enorme. E o nosso é menor.

Quer dizer, qual era a ideia disso? Não, os estados mais pobres têm que ter esse instrumento. Só que o uso exacerbado dessa ferramenta transformou o regime do ICMS numa verdadeira guerra fiscal, que é o termo que se usa muito para quando se refere à situação fiscal federativa. Mas esse é o nó. Quer dizer, a explicação para todo esse

problema está justamente nessa diferença das alíquotas, porque quando eu produzo essa mesma garrafa de água aqui em São Paulo e exporto para um estado do nordeste, não fica 12 aqui, fica sete por cento. Então, a nossa capacidade de dar incentivo é mais baixa já de saída. Claro que São Paulo foi usando outros instrumentos para conseguir proteger o erário - isso há 20 anos já, quase 20 anos - que é a substituição tributária, que é o remédio amargo que se tomou contra esse cenário de possível erosão e de fuga de empresas e de atração de empresas para outros estados.

Então, nós estamos em plena guerra fiscal. E isso é nítido no dia a dia do governo, da própria Secretaria da Fazenda, onde nós temos tido, nesses meus cerca de dois meses aqui à frente Secretaria da Fazenda - e aqui tem uma boa parte da equipe representada, o próprio Luiz Marcio, que é o chefe da Receita estadual, o Roberto Yamazaki, que é o chefe do Tesouro estadual, e em nome deles eu cumprimento toda a equipe, e agradeço pelo trabalho deles -, o que nós temos diagnosticado é que há uma falta de coordenação para que se possa ter uma maior racionalidade nessa concessão de incentivos, de regimes especiais, de benefícios tributários.

Então, o que nós temos feito? Atendido ao máximo todas as demandas de maneira transparente etc. e tentando manter a posição relativa positiva de São Paulo nesse quadro de guerra fiscal, garantindo aquilo que é possível garantir num ano eleitoral, com as restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal, que aliás é a Lei de Responsabilidade Fiscal que nos faz aqui hoje estar nessa reunião para discutir todas essas questões fiscais e orçamentárias.

Então, esse gráfico do ICMS por setor, ele revela um pouco, de um lado, uma certa estabilidade, mas até algum crescimento da participação do setor industrial - que é a curva vermelha - de 33 para 36,5%; o setor de comércios de 39 para 34; e preços administrados mais ou menos equilibrados, onde entra energia elétrica, por exemplo, e outros preços tarifados. Pode passar para o próximo slide.

E nesse slide a gente passa então para o lado das despesas. Do lado das despesas, claro, eu já destaquei bastante a questão do investimento, mas aí os senhores podem ver um número mais concreto.

Na última coluna da primeira subtabela, que se chama variação nominal B sobre A, investimentos crescem a 149,6% no acumulado de janeiro a abril contra o mesmo período do ano passado. Isso não quer dizer que vai se manter essa taxa de crescimento elevada até o final do ano. O que acontece é que tem um efeito do período que eventualmente tem uma base baixa, de janeiro a abril do ano passado, mas a expectativa é que para o ano a

gente tenha, conforme a Lei Orçamentária Anual, um investimento total de 27,1 bilhões. A execução pode ficar um pouco abaixo disso, mas a verdade é que vai ser um número, como o próprio Tesouro estadual tem me informado semanalmente nas reuniões que nós temos tido, de acompanhamento dos projetos e da execução, bastante significativo. Vai ser uma taxa importante de crescimento: a taxa que nós temos na LOA é de 6,5% de crescimento dos gastos com investimentos.

Pessoal: o que a gente observa, comparando 2021 fechado, janeiro a dezembro, com a LOA de 2022, é um crescimento de 4,5%, previsto. Isso já reflete os reajustes e a valorização que foi, ao meu ver, adequadamente adotada pelo Estado de maneira bastante ampla, e isso só foi possível porque nós tivemos uma situação fiscal que permitiu justamente essa decisão dos reajustes e das recomposições.

Próximo slide, nós podemos ver o investimento de maneira mais focalizada para 2022: janeiro a abril, aquela taxa que eu mencionei, bastante expressiva de variação, se a gente pegar os investimentos e as chamadas inversões financeiras. Inversão financeira é um tipo de investimento, mas não é uma construção, uma obra. É quando o Estado, por exemplo, faz um aporte ou compra ações, ou um tipo de investimento que não é uma obra física, tradicional, por isso tem essa separação. Mas o importante é olhar o agregado, que é um aumento de 149,6 por cento.

Isso não significa que nós estamos num céu de brigadeiro. Ao contrário, não é? A tarefa, ao meu ver, da Secretaria da Fazenda e mesmo da área econômica “lato sensu” do governo, é justamente cuidar para que haja uma situação permanentemente positiva, do ponto de vista do equilíbrio fiscal intertemporal, para que a gente possa acelerar gastos de boa qualidade, isto é, investimentos e gastos sociais. Próximo.

Passando agora a detalhar um pouco mais os investimentos, que eu acho que é um tema de muito interesse e podemos até aprofundar isso, a gente vê que no primeiro quadrimestre de 2021 o investimento foi total aqui, e dá para ver segregado também, o que é só tesouro, o que é só operação de crédito, o que vem de demais fontes e o que tem a ver com as estatais não dependentes. O total foi de 2,9 para 4,3 bilhões. Na LOA de 2022 está previsto 33,2, um crescimento em relação a 2021, quando foi 32,7, voltando portanto a patamares que a gente tinha observado em anos anteriores. Quer dizer, há mais de dez anos que não se via uma taxa de investimento, um valor alto de investimentos como esse que nós temos vindo em 2021 e em 2022. Esses dados estão corrigidos pela inflação, o que nos dá uma certa garantia de que comparar ao longo do tempo é seguro. Próximo slide.

Mais um dado de investimento. Eu pedi dessa vez para não... Porque eu tive o cuidado de observar a apresentação anterior, da última reunião, e acho que esse detalhamento do investimento pode ser um tópico interessante, presidente, para a gente aprofundar. Por isso eu trouxe mais de um slide sobre o detalhamento dos investimentos.

E aqui, o que nós estamos vendo? Sem as estatais, porque sem considerar as estatais não dependentes, mesmo assim nós temos um nível de investimentos muito alto. Quer dizer, tem muito para fazer ainda, mas é um nível bastante expressivo. 27,1 bilhões contra o nível mais alto que a gente vê nessa série, que começa em 2010, em 2013, de 29 bilhões; tudo já corrigido pela inflação.

No slide seguinte, quando a gente considera os investimentos totais, mas agora pegando sempre de janeiro a abril para poder olhar o gráfico inteiro, também o período de janeiro a abril deve se destacar para 2022, porque a gente observa que, por exemplo, em 2016, já controlando pela inflação, janeiro a abril: 4,1 bilhões. Depois isso diminuiu e houve uma certa estabilidade, aqui já controlado pela inflação, até que neste ano conseguimos recuperar para 4,3 bilhões.

Então esse dado, de janeiro a abril, ele mostra um desempenho na margem, no curto prazo, positivo, que também se compara ou se insere num contexto de evolução anual, como eu mostrei no outro gráfico, também positivo. Isso reflete o esforço que tem sido feito, e eu tenho sido testemunha disso nesses dois meses, pelo governo de acelerar a execução daquilo que está previsto na Lei Orçamentária Anual - que é o que se pode fazer para avançar nessa matéria. Investimento é muito mais difícil de realizar do que gasto de pessoal, do que gasto de previdência ou do que uma transferência, porque a transferência para se considerar realizada basta emitir o contracheque, hoje virtualmente. E o investimento você precisa mobilizar recursos, depende do mercado e dos insumos que você vai ter que utilizar, se for asfaltamento, se houve aumento do preço, tudo isso vai afetar as programações.

O investimento é a despesa que tem o maior efeito multiplicador, um efeito potencial sobre a economia bastante significativo. É por isso que, na parte final, eu devo até comentar um pouco sobre uma iniciativa que nós propusemos ao governador Rodrigo Garcia, e que foi logo de cara bem aceita e estamos estudando lá na Secretaria, que é o chamado plano fiscal de médio prazo. Os senhores aqui parlamentares conhecem - e as senhoras - muito bem o PPA, o Plano Plurianual: é um instrumento previsto na Constituição, importante, que colocou uma semente para que se colocasse dentro do setor público, do Legislativo, do Executivo, a importância de planejar, de olhar para além do

ano seguinte ou de dois anos seguintes, mas ele não tem funcionado a contento. No fundo, a Lei Orçamentária Anual, a LOA, e a própria Lei de Diretrizes Orçamentárias é que acabam concentrando ou sendo o lugar geométrico de todas as disputas e discussões políticas, porque é ali que se dá a partilha do pouco recurso que não é obrigatório. Isso acontece em São Paulo, acontece na União e acontece em qualquer estado, se nós pegarmos - inclusive aleatoriamente - para analisar. E, para mudar isso, você tem que ter planejamento, tem que ter medidas de revisão de gasto ao longo do tempo. Não vai ser imediato para abrir espaço para aumentar projetos de infraestrutura que tenham alto valor agregado, que também é difícil escolher para projetos, ter o financiamento etc.

Bem, esse último gráfico dos investimentos, do orçamento fiscal e da seguridade social, o slide 14. Nesse slide a gente vê apenas o Tesouro, que eu já tinha mostrado os dados anuais, mas agora os dados trimestrais. Então, também se observa um avanço expressivo, sobretudo em relação a 2021, quando considerados apenas os períodos de janeiro a abril, isto é, a soma desses quatro meses.

Passando agora para o slide do regime de previdência, aqui nós estamos falando tanto do RPPS quanto dos gastos com inativos do setor militar. É claro que esse é sempre um gasto que preocupa; isso vale para todos os entes federados e não é diferente para São Paulo. A reforma da Previdência teve um efeito significativo, mas nós vemos que a composição das receitas previdenciárias - o peso, por exemplo, dos aportes do Tesouro que estão nessa barra cinza, de 20 a 21 bilhões -, ele é bastante expressivo. Então, o Tesouro estadual tem que dar conta - e boa parte da arrecadação vai para isso - se a gente imaginar em grandes números, cerca de 10% do ICMS vai para a insuficiência previdenciária. Então, nós temos que ter presente que o déficit atuarial, se a gente projetar o déficit da Previdência até o último pagamento do último beneficiário que tem já previsto para ser pago pelo Estado, militar ou civil, nós temos um déficit atuarial elevado. Ele foi declarado, nos anos passados, que é um déficit que, dependendo da taxa de desconto intertemporal, pode ficar entre 850 bilhões e 950 bilhões de reais. Essa é uma forma de trazer tudo a valor presente e mostrar o seguinte: o déficit não acabou, ele vai continuar subindo, depende muito da evolução da economia, também, porque a receita ajuda a equilibrar, mas depende também das previsões de despesas que nós temos para frente.

Então, muito bem. Dito isso, eu passo para quarta parte da apresentação que é o resultado propriamente dito. E resultado fiscal, se você olhar o manual do FMI, que é o GFSM lá de 1984, e que depois foi sendo atualizado periodicamente, o principal resultado para se comparar aos países é o resultado agregado ou resultado nominal ou resultado

geral. Nós, no Brasil, temos essa mania de olhar apenas o resultado primário. E a própria Lei de Responsabilidade Fiscal, logo no artigo primeiro, enuncia que devem-se fixar metas tanto para o nominal, quanto para o primário, quanto para o orçamentário. É que nós adotamos uma lógica dentro do regime de metas à inflação, lá em 1999, de que as metas teriam que ser fixadas para o resultado primário, porque é o que está mais no nosso controle. Quer dizer, a despesa com juro. Por exemplo: São Paulo não pode deixar de pagar o juro que ele tem que pagar para União, ainda que seja elevado, ainda que seja um serviço da dívida, que no ano fique em torno de 22,35 bilhões. Tem que pagar. Agora, despesa com pessoal, despesa previdenciária, despesa com Educação, despesa com investimento, custeio da máquina, todos os outros gastos, em tese, podem ser ajustados.

Então, há de saída uma certa assimetria quando a gente compara os resultados, mas o fato é que as metas são fixadas para o resultado primário, isto é, aquele que não inclui a despesa com o juro. E isso tem uma justificativa simples: o juro não está no controle do gestor. Então, você não pode fixar uma meta dizendo que tem que reduzir a despesa com o juro se há uma obrigação legal, contratual, de pagar. E vale inclusive para União, que emite títulos públicos, diferentemente dos Estados, proibidos desde 1997.

A receita primária, despesa primária, então, uma subtraída da outra gera essa linha azul clara que vocês estão vendo, que é o resultado primário. De janeiro a abril, a gente teve um superávit primário de 19,6 bilhões - um crescimento, um esforço primário adicional de 4,5 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior, e também, em termos de variação nominal e real, descontando a inflação, um desempenho bastante significativo. Se comparar com a meta anual, também cumprimos a meta. Na verdade, não se deve falar “cumprir”, porque nós estamos no primeiro quadrimestre aqui, analisando o primeiro quadrimestre. Então o acompanhamento que a Lei de Responsabilidade Fiscal exige está mostrando uma adequação do estado de São Paulo nesse quesito, também, das metas de primário. Próximo item.

Sobre a dívida pública, que é sempre um tema bastante sensível, porque no fundo a dívida revela... Se o primário e o nominal revelam o fluxo de receita menos despesa num determinado período, a dívida é a fotografia, é o estoque, é quanto o Estado tem de dívida desde o ano zero. Então é uma fotografia, é como se eu acumulasse todos os resultados positivos e negativos ao longo do tempo e tirasse uma fotografia num instante do tempo. Quando eu comparo essas duas fotografias, por exemplo, para o ano passado e para esse ano, nós também temos boas notícias. A dívida em percentual da receita corrente líquida, tanto a dívida consolidada, também conhecida como dívida bruta, passou de 163 para

153, quanto a dívida consolidada líquida - na linha azul clara - também passou de 126,7 para 119,7. Nós estamos no menor nível de endividamento pelo conceito de dívida consolidada líquida da história do estado de São Paulo. Então, isso revela que, desde 1995, com o governo Mário Covas, que pegou o Estado quebrado - não tinha dinheiro nem para pagar gasolina das viaturas dos policiais -, até hoje nós temos conseguido sistematicamente cumprir com esse quesito da responsabilidade fiscal e orçamentária.

Também não quer dizer que a dívida vai cair para sempre ou que vai ficar estacionada. A gente tem que ter presente, no próximo slide, que houve uma queda importante - como os senhores podem ver no antepenúltimo dado desse gráfico azul - de 1,66 para 1,27. Quer dizer, de 166% do PIB para 127% do PIB de um ano para outro. Isso não foi um mega ajuste que foi feito. Isso foi a decisão da Lei Complementar nº 173, federal, que permitiu o não pagamento de cerca de 13,65 bilhões naquele período. Mas a boa notícia é que nós aproveitamos esse “waver”, como se diz em inglês, esse perdão, essa postergação de pagamento de dívida, e continuamos a ter uma dinâmica positiva. Tanto é assim que passou de 127 para 120, e nos dados que eu acabei de mostrar, no slide anterior, já está em 119,6% da receita corrente líquida. Próximo slide.

Esse slide também costuma ser um slide de apoio. Está aqui o Tsung, que preparou a maior parte desses slides junto com Josué Pellegrini, e eu pedi para ele dessa vez explicitar essa tela, porque me parece bastante importante ver os números em bilhões de reais também. No caso da dívida consolidada líquida, e logo na primeira linha, dezembro de 2021, nós tínhamos uma dívida de 249,6 bilhões, e hoje uma dívida de 252,2 bilhões. Isso é interessante porque, em termos nominais - ou seja, quando a gente calcula o valor em moeda, em reais, e não o percentual da receita - a tendência é sempre a dívida crescer. Se você pegar a dívida federal, a dívida da União ou de qualquer outro Estado, ela sempre cresce em termos nominais. O importante é que a taxa de crescimento da dívida seja menor do que a taxa de crescimento do PIB ou da receita. No caso dos Estados, o indicador relevante é a receita, porque não tem PIB calculado com uma tempestividade ou frequência necessária para se calcular o indicador em relação à receita corrente líquida.

Por isso que aproveito que nós estamos aqui, no Parlamento do estado mais importante, mais pujante, do ponto de vista econômico, para dizer o seguinte: que a Lei de Responsabilidade Fiscal talvez seja a maior joia que nós já construímos em matéria fiscal. O teto de gastos fica em último lugar quando a gente compara com a Lei de Responsabilidade Fiscal, porque ela é sofisticada, ela tem uma série de dispositivos inspirados na experiência internacional e até hoje - quer dizer, ela está completando 22

anos, completou agora em maio 22 anos, ela é de maio de 2000 - ela se mostra adequada. E tem uma série de eventos que vem acontecendo nos últimos anos, que a própria Lei de Responsabilidade Fiscal já previa, como por exemplo a chamada contabilidade criativa, a não computação de certos gastos nos orçamentos, o uso de certos mecanismos para produzir resultado contábil que não reflita necessariamente a realidade. Então, vale a pena reforçar a importância da observação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Mais um slide... No próximo a gente pode ver o quadro completo das despesas de pessoal, primeiro só do Poder Executivo. Vocês estão vendo na última coluna da tabela, 42,49%, a despesa bruta de pessoal. Agora, a chamada despesa líquida com o pessoal - porque existe uma série de deduções -, se vocês forem observar o próprio relatório de gestão fiscal, ou o relatório resumido da execução orçamentária ou ainda o balanço anual, há uma série de deduções que se faz para que possa haver a comparação do cálculo, por exemplo, do quadrimestre ou do ano fechado, com a meta fixada na Lei de Responsabilidade Fiscal e o limite prudencial também, que vai sendo alterado.

Então, nós temos 46 e 55% de limite prudencial e uma despesa líquida com o pessoal, no caso do Executivo, de 38,7 por cento. Visualmente, o próximo slide é melhor, porque ele nos ajuda a ver que o Executivo está com 38,7% - a barra azul clara, incluindo todos os poderes; na cinza tracejada tem o limite prudencial do Executivo, que é 46,55; depois o limite máximo, nós estamos distante dele; e o máximo de todos os Poderes, que é 60, lá em cima.

Então, é uma situação de relativa tranquilidade. Agora, eu sempre reforço: não estamos em um céu de brigadeiro, porque há um desafio grande de recomposição, de estudar o que nós precisamos fazer em matéria de pessoal em várias áreas, e um pouco ou muito já foi feito nesse último período, mas é uma situação que do ponto de vista fiscal - que é o que me cabe dizer aqui - bastante adequada. Próximo slide.

Aqui tem alguns detalhes sobre as operações de crédito que o Estado tem feito. Depois a gente pode até detalhar. Passar para o próximo.

E eu quero terminar falando um pouco dos desafios. De um lado o que eu acompanhei durante toda a minha vida de trabalho até aqui, tanto no setor privado, em consultoria, com o ex-ministro Maílson da Nóbrega, depois com o senador José Serra, depois na Instituição Fiscal Independente, é que não há solução para a questão fiscal no Brasil se a gente não retomar a importância do planejamento.

O planejamento virou um palavrão desde que se conseguiu, com o Plano Real, a estabilização monetária. Parecia que todos os problemas estavam resolvidos, mas o Brasil

está semiestagnado há bastante tempo. Nós podemos dizer que, em uma série histórica, se a gente pegar o PIB per capita, a evolução de 1950 a 1980, de 80 a 95 e de 95 para cá, há claramente uma mudança de padrão. Essa mudança de padrão tem a ver com questões demográficas, de produtividade, mas também com a nossa dificuldade de recolocar o estado numa direção de planejamento, de investimento. Para quem não sabe aonde quer chegar, todos os ventos são desfavoráveis. E nesse ponto me parece que São Paulo se destaca em relação aos outros estados, como eu já disse, porque a gente investe bastante. E particularmente nos últimos dois anos - mostrei os dados - recuperamos bastante essa capacidade de investir.

Agora, quais seriam os avanços ou coisas que a gente pode fazer para melhorar nessa matéria? Então, na nossa Secretaria da Fazenda e Planejamento, nós criamos, já nos primeiros dias, um comitê de acompanhamento de indicadores fiscais e de receitas, deputado Camarinha, que é interessante porque nesse Cearif, como é a sigla dele - Comitê Executivo de Acompanhamento de Receitas e Indicadores Fiscais -, o que nós fazemos, e já houve a primeira reunião mensal, todo mês vai ter isso, a gente pode revisar tudo isso que eu estou passando aqui agora mais rapidamente, de maneira abrangente na Comissão, e discutir internamente a revisão do cenário - para melhor, para pior, se a receita está superando as estimativas ou está havendo frustração, como está a evolução dos benefícios tributários, como é que está o lado da despesa, se a execução está baixa, se a execução está alta, as análises de fluxo de caixa, e isso também incluindo o lado orçamentário. Na primeira reunião, que foram na verdade três sessões - estamos fazendo ata disso e tudo - participou também o representante da Secretaria de Orçamento.

Então, eu acho que isso é um embrião, é uma iniciativa começando, mas eu acho que pode ajudar um pouco a recuperar essa capacidade de planejamento. Pode passar para o próximo, por favor.

E uma outra iniciativa que, logo na entrevista inicial que o governador Rodrigo Garcia fez comigo, quando fui abordado para voltar a São Paulo, eu disse a ele: eu falei “olha, existe uma coisa que é moderna para o Brasil, na verdade já existe há bastante tempo lá fora, o Reino Unido adota, por exemplo, que é a chamada ‘spending review’, revisão periódica do gasto público, combinada com uma outra coisa que tem uma palavra bonita em inglês, mas que quer dizer plano fiscal de médio prazo - na sigla em inglês MTEF, ‘medium term expenditure framework’.” E o que é isso? É uma forma da gente conseguir controlar os gastos, não só no âmbito da LOA, em que se dá a disputa no bom sentido pela partilha dos recursos - e que tem que haver, porque afinal nós estamos em

uma democracia, é assim que as coisas funcionam para dividir os recursos que são arrecadados em sociedade -, mas introduzindo um componente de médio e longo prazo.

Então, as “spending reviews”, de um lado - nós vamos ter um seminário com o BID interno lá na Secretaria agora no dia 27, provavelmente, com participação de estrangeiros, inclusive, de especialistas aqui no Brasil -, a adoção das “spending reviews” ajudaria a melhorar essa qualidade do gasto. Por exemplo, a gente pega três ou quatro programas aqui do estado de São Paulo, da despesa, avalia, chama técnico, chama academia, técnicos do próprio governo e vamos concluir se estão sendo bem feitos, se não estão sendo bem feitos, e isso vai ser o insumo para poder haver cortes ou aumentos ou a própria manutenção do orçamento desses programas, abrindo o espaço para melhorar a qualidade do gasto a médio e longo prazo.

Então, no próximo slide, um recado geral é que nós não podemos, como no passado de alta inflação, de hiperinflação, de desajuste fiscal grande, apenas buscar um ajuste do tipo fluxo de caixa, aumentar o fluxo, fazer mais receita e tal. Nós temos que ter também presente que o ajuste fiscal é um mecanismo, um meio, um instrumento para se obter um aumento do bem-estar social, em última instância por meio de políticas públicas bem financiadas. Isso significa mais políticas públicas e de melhor qualidade. Então para isso você precisa ter as contas bem organizadas. Próximo slide.

O PPA, é claro que ele já cumpre de certo modo, pelo menos no papel, na teoria, esse componente ou essa missão de trazer o âmbito do planejamento para a atividade de alocação dos recursos públicos, atividade orçamentária, mas ao meu ver ele pode ser complementado e até modernizado com essas duas novas ferramentas que compartilho aqui com os senhores. Próximo slide.

E, claro, nós estamos ainda numa fase de estudo, então conversa com especialistas, elaboração de uma eventual minuta de decreto, e isso me parece bastante promissor porque uma coisa que se deve destacar é que a burocracia do estado de São Paulo é uma burocracia weberiana no sentido estrito da palavra: uma burocracia altamente qualificada. Então nós temos, na Secretaria da Fazenda, que é onde eu tenho tido maior contato, servidores, colaboradores, colaboradoras de altíssimo nível e que podem ajudar, presidente, ao meu ver, a levar um plano dessa natureza à frente.

Para terminar, eu gostaria de falar coisas mais de curto prazo. Eu sei que a questão do crédito acumulado do ICMS é muito patente, inclusive para os parlamentares, para as outras secretarias, e eu tenho visto isso pela própria locação do meu tempo na agenda para receber as demandas e atender etc. E aí nós tomamos uma decisão, a partir do comando

do governador Rodrigo Garcia, de devolver mais imposto. Quer dizer, ao contrário do que se diz, São Paulo vem devolvendo mais imposto, porque o regime do crédito acumulado é um irmão siamês do próprio ICMS, como é construído. O que acontece nos outros países é que o IVA, como ele não tem todas aquelas particularidades que eu expliquei logo no começo, a devolução é quase que automática. Aqui, como nós temos que avaliar se o contribuinte não cometeu nenhuma fraude, se as notas são efetivamente reais etc., etc., então o crédito pode acabar se acumulando. E aí, o que nós temos feito com um programa chamado ProAtivo, que foi uma inovação ainda da gestão anterior, é tentar ampliar essa liberação.

Nós fizemos agora, na terceira rodada de liberação dos créditos do ProAtivo, uma flexibilização dos critérios, até porque nós estamos num cenário... Tem que lembrar que São Paulo está num contexto nacional em que o juro está aumentando a cada decisão do Banco Central, a cada reunião do Conselho de Política Monetária, o que encarece o crédito, reduz a liquidez e desincentiva o investimento e o consumo. Então do nosso lado, no âmbito de São Paulo, acelerar essa liberação de créditos. E o governador estipulou uma meta para terceira rodada de 500 milhões; essa rodada termina agora no 24 de junho. E pelos levantamentos que nós fizemos hoje pela manhã, a depender de dois ou três pedidos que ainda estão em análise, possivelmente nós vamos chegar a esse volume expressivo de devolução de impostos.

Muito bem, então por fim acho que é uma palavra sobre o assunto, que está na Ordem do Dia, talvez o grande tema que tem acometido a todos, que é a questão dos combustíveis. Eu digo a vocês que São Paulo, independentemente do cenário que venha em termos nacionais e de decisões de Brasília - e o governador Rodrigo Garcia foi a Brasília e eu fui junto, então posso relatar o que houve; trabalhou bastante para que se viabilizasse uma redução do ICMS de maneira responsável -, independentemente do cenário que aconteça, São Paulo vai conseguir passar por isso e colaborar com o cenário em que os preços possam evoluir de uma maneira mais comportada, digamos assim.

O que nós precisamos entender, no entanto, é que o fenômeno do aumento do preço do combustível eminentemente vem de fora. O preço do petróleo é que dita esse aumento do diesel, aumento da gasolina. Claro que o congelamento do ICMS tem contribuído para que não aumente mais. Agora, o movimento estrutural é esse do preço do petróleo. O que a própria literatura econômica recomendaria nesse caso é que, se os governos ou o governo está ou estão preocupados com o efeito dessa inflação de um item específico, que é importante, então o que se recomenda é um subsídio transparente no orçamento,

como já foi feito em outros momentos. O próprio Senado Federal aprovou uma conta de estabilização do petróleo que poderia caminhar nessa direção, inclusive com o “funding”, com os recursos do lucro da Petrobras, que é distribuído para o seu principal acionista, que é o a própria União. Esse ano os dividendos devem somar mais de 52 bilhões de reais, e esse dinheiro, até o momento, não se discutiu o uso disso para colaborar nessa iniciativa de conter preços, ao contrário dos Estados que já colaboraram, pelas contas do Comsefaz - que é o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF - com 17 bilhões de reais. Houve uma conta que circulou por aí que os estados americanos tinham colaborado com 609 milhões de dólares. Multiplica por cinco para simplificar, dá três bilhões. Que sejam 3,5 bilhões de reais. Os estados brasileiros com congelamento do diesel - no caso de São Paulo, mas vale para todos, com números diferentes - em 66 centavos, desde novembro até agora, e na gasolina 1,49, desde novembro até agora, nós já temos pelo menos 17 bilhões que os estados deixaram na mesa a título de colaboração para segurar os preços.

Então, esse é um recado final que eu gostaria de dar e agradecer mais uma vez, presidente, pedindo desculpa aqui de ter me estendido excessivamente. E fico à disposição para os questionamentos, dizendo mais uma vez da honra de estar não só como secretário da Fazenda, mas como paulista que sou, também, aqui na Assembleia Legislativa de São Paulo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado secretário, obrigado e parabéns pela sua explanação.

E nesse momento nós vamos ouvir agora os novos parlamentares, mas antes de anunciar a presença aqui da deputada Carla Morando, obrigado deputada. Deputado Ricardo Mellão, obrigado Mellão.

E nós vamos fazer da seguinte forma, Srs. Deputados: cada deputado membro efetivo da Comissão tem dez minutos, e os membros não efetivos cinco minutos. Nós temos pessoas que estão de maneira virtual, que também tem alguns inscritos. E a questão, só para nós deliberarmos aqui, senhores, é sobre o rito, agora. O deputado vai fazer o seu comentário, suas perguntas; se o secretário responde individualmente cada questão de cada deputado ou se responderá no final de maneira coletiva, não sei qual seria o melhor, Srs. Deputados.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Acho que por deputado, senão mistura demais, fica muito longo, não é?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Está ok, então.

Então, cada deputado fará a sua questão e o secretário responderá individualmente cada secretário.

Então, nós temos aqui inscrito de maneira virtual primeiro (Inaudível.) ainda, o senhor está atrasado hoje. Deputada Dra. Damaris, depois vem o Tatto.

Dra. Damaris, de maneira virtual, a senhora tem a palavra, até dez minutos.

A SRA. DRA. DAMARIS MOURA - PSDB - Pela ordem, presidente. Boa tarde a todos.

Cumprimentar o presidente Gilmaci e, na sua pessoa, todos aqueles que hoje participam desse importante momento da nossa Comissão, que eu tenho a satisfação de fazer parte, e cumprimentar o nosso secretário e dizer-lhes, secretário: eu estou bastante impressionada, primeiro com a apresentação em si. Muito clara, muito objetiva, muito rica em detalhes, muito isenta, e isso tudo nos faz ainda mais confiantes, mais confiantes do que sempre fomos, em um governo tão responsável.

Eu tenho dito e quero repetir aqui, sem nenhum tipo de paixão: é o meu primeiro mandato e eu fico muito muito satisfeita de fazer parte hoje de um governo tão responsável, que pode contar os seus feitos, mas sempre baseado em números, sempre baseado em planejamento. A gente consegue identificar, de forma muito clara, muito evidente, a forma como este governo planeja, como ele organiza as suas finanças, como ele as mantém saudáveis e como ele entrega, como ele executa.

Então, nós temos uma dinâmica que efetivamente nos orgulha. Um governo capaz de fazer planejamento, organização e entrega, execução. Então, eu não podia deixar de, antes, fazer duas perguntas bem simples - talvez o secretário considere até que elas já tenham sido respondidas; me parece que a primeira, ao final da sua apresentação, ela já teria sido respondida, mas se o secretário entender que pode adicionar algum elemento a mais à pergunta que farei, fique à vontade, secretário. Mas eu não podia, após esta apresentação tão técnica e com esta qualidade - aliás, ações que tenho acompanhado de perto, não tenho ouvido falar, eu tenho visto e acompanhado de perto -, eu tinha que realmente fazer este registro de apreciação pelo seu trabalho, naturalmente na sua pessoa.

Eu estou, então, destacando a forma e a dinâmica de gestão do nosso governador Rodrigo Garcia.

Secretário, as perguntas são essas - me parece que o senhor já respondeu, como disse, a primeira, mas se desejar adicionar algo fique à vontade: o que São Paulo tem feito para devolver impostos e simplificar o ICMS? E, finalmente, do ponto de vista de investimentos - o senhor já mencionou que foram na ordem de 27,1 bilhão de investimentos -, o que mais o nosso estado de São Paulo, o nosso governo planeja, pensa em fazer, em matéria, em termos de investimento? Muito obrigada, secretário.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - O secretário vai responder, mas antes, porém, quero também anunciar aqui a presença do deputado Gil Diniz.

Secretário, por favor.

O SR. FELIPE SALTO - Obrigado, deputada Dra. Damaris, cumprimentá-la também, agradecer pelas palavras.

Olha, São Paulo tem uma preocupação muito grande com a questão tributária. Não raro, especialistas da Secretaria da Fazenda, agentes fiscais de renda e outros colaboradores de diversas carreiras da própria Secretaria da Fazenda colaboraram em âmbito local, aqui no estado, ou em âmbito nacional, em comissões do próprio senado - o próprio Luiz Marcio de Souza que está aqui, que eu conheci em Brasília quando era assessor do senador José Serra, e ele representou São Paulo diversas vezes lá, subsidiando os parlamentares do estado com informações sobre a reforma tributária.

Então, há uma tradição de São Paulo dessa preocupação de simplificar, de melhorar o ambiente de negócios, mas ao mesmo tempo de fortalecer a sua arrecadação. Quer dizer, não tem como fazer política pública bem financiada se não tiver uma arrecadação robusta. Em que pese isso, nós temos devolvido um volume acelerado, um volume crescente, que cresce exponencialmente, de impostos, de créditos do ICMS. Então, as duas primeiras rodadas do programa ProAtivo, para dar um exemplo - que é o programa mais recente, que foi recentemente aprimorado e flexibilizado, modificado por orientação do governador Rodrigo Garcia - a soma das duas primeiras rodadas já foi superada em um volume bastante expressivo. A gente deve passar de 500 milhões e deve chegar a mais de 1 bilhão em devoluções de impostos, possivelmente, fazendo aqui uma estimativa preliminar, até o fim do ano. Mas é muito significativo que a gente tenha conseguido ou

venha conseguindo atender a esses pleitos e acelerar o atendimento a esses pleitos de devolução de impostos.

O que mais São Paulo pode fazer é continuar colaborando com o debate da reforma tributária. Por aí que nós vamos conseguir ter um regime mais simplificado, que colabore para estimular o investimento e o crescimento econômico. Vamos ter presente que, sem uma reforma do ICMS, nós não vamos a lugar algum. Quer dizer, o esforço que se tem que fazer para compensar esse sistema que virou uma grande confusão é descomunal. Então, nós fazemos esse esforço hoje, mas a gente poderia destinar todos esses recursos humanos e toda essa energia para medidas pensando políticas públicas, de investimento, políticas sociais e outras que são também feitas. Mas esse tempo todo que a gente tem que despender com o tratamento dessas questões da complexidade do ICMS seria em muito reduzido se houvesse uma reforma tributária digna desse nome. Isso significaria, por exemplo, ter uma simplificação grande do ICMS, como várias vezes São Paulo já levou a Brasília, inclusive já propôs.

Mas até o momento, e acho que até dezembro desse ano, não deve haver um avanço expressivo nessa direção. Enquanto isso a gente vai fazendo aquilo que está ao alcance do fisco paulista, que é devolver os créditos acumulados do ICMS. Para dizer o português claro, é devolução de imposto mesmo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, secretário.

Deputado Enio Tatto, até dez minutos regimentais.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Obrigado, Sr. Presidente.

Queria cumprimentar o secretário Felipe Salto. É muito bom a gente receber os secretários aqui, e ser recebido pelo secretário é muito bom também. Cumprimentar o líder do governo, Vinícius Camarinha. Cumprimentar V. Exa., presidente, deputado Gilmaci. Completar nossos colegas, a Dra. Damaris, que entrou virtualmente. Deputada Carla. Deputada Janaina, deputado Mellão. Deputado Gil.

Secretário, eu queria fazer uma pergunta bastante técnica aqui e elaborada pelo deputado Paulo Fiorilo, que é suplente da Comissão de Finanças e Orçamento. O Tribunal de Justiça, em sentença favorável, no dia 26 de maio de 2022, determinou que a fazenda publique a lista de beneficiários das isenções fiscais, que superam 60 bilhões. Secretário,

poderia explicar por que até o momento a sentença não foi cumprida, e qual a previsão para seu cumprimento?

As outras perguntas, secretário, a maioria delas foi baseada nas andanças da Comissão de Finanças e Orçamento pelo estado de São Paulo. Coordenadas pelo deputado Gilmaci, nosso presidente, nós fizemos 30 audiências públicas para discutir o orçamento já do ano que vem. E aí é muito bom a gente ouvir a ponta, ouvir as pessoas lá do fundão, os vereadores, os prefeitos, a sociedade civil organizada. E vendo o senhor fazer a exposição do estado de São Paulo, é muito diferente o sentimento das pessoas com as colocações de V. Exa. e do governo. Primeiro que não dá para a gente comparar o estado de São Paulo com nenhum estado do País. Vossa Excelência, logo no início, falou que fez uma comparação de como que como se encontra o estado em relação aos demais estados. Aqui, é um orçamento de 286 bilhões; o ano que vem vai passar de 300 bilhões. Só para se ter uma ideia, o segundo orçamento, tirando a União, é da prefeitura de São Paulo - não é nem de Minas, nem da Bahia, nem do Rio de Janeiro. Então, o estado de São Paulo é muito potente, é muito grande. E tem uma receita muito grande. Os problemas são grandes, mas a receita não dá para dizer que não tem dinheiro.

E aí a gente começa a questionar e colocar aquilo que a gente ouviu nas audiências públicas. Por exemplo, a gente ouviu muitas reclamações das estradas vicinais, que servem para o escoamento da produção. Tem muita gente que produz, planta, colhe e não consegue vender porque não tem estrada. As instâncias turísticas, que é um setor forte no estado de São Paulo, tanto religioso, de entretenimento ou de negócios, sofrem muito com a questão das estradas. E eu estou verificando aqui que, em 2019, o estado de São Paulo deixou de aplicar, do dinheiro que tinha disponível, 47,97 por cento. Em 2020, deixou de aplicar 96,78, presidente, 96,78 - o senhor que participou de todas as audiências públicas. E, em 2021, 47,27 por cento. Ou seja, não dá para acreditar em tanta reclamação das estradas vicinais, e foi contingenciado, não foi gasto o dinheiro que tinha.

O líder do governo pode até falar o seguinte: que teve uma previsão esse ano, que é um ano eleitoral, de um investimento enorme, e é verdade. A gente ouviu muitos prefeitos e vereadores falando em muitas emendas e muito dinheiro para recuperação das estradas vicinais. Agora precisou fazer um caixa para o ano eleitoral, para gastar tudo nesse ano? E a gente tem informação que não vai conseguir gastar o dinheiro. E foi reservado para esse ano, porque não tem empresas para fazer as obras e não tem nem matéria-prima para comprar para fazer as obras.

Então eu fico imaginando: isso é planejamento? Num setor tão importante para o estado de São Paulo, que é o das estradas vicinais. São Paulo tem a propaganda, e é verdade, das melhores estradas do País. Mas as estradas pedagiadas. Pedágio que o governo do estado de São Paulo gosta muito. Principalmente o governo Doria e o Rodrigo, que pegou o estado de São Paulo com 173 praças de pedágio e está entregando com 212 - 22,54 por cento. E, além disso, prorrogou os contratos que não tinham sido vencidos ainda. Então, o senhor poderia explicar sobre a questão dos pedágios e das estradas vicinais?

Uma outra área que a gente ouviu muito e foi muito cobrado, secretário - e os deputados que acompanharam perceberam - foi a questão do Iamspe. O que o estado de São Paulo está fazendo com o Iamspe? Ele cortou 76% dos repasses. Ele quer simplesmente que o funcionário autossustente o Iamspe? A contrapartida - o Estado põe um e o funcionário põe um - não existe mais?

Estou falando do Iamspe porque com isso tem dezenas, centenas de Santas Casas descredenciadas. Eu estive recebendo, por exemplo, duas pessoas de Ourinhos, que foi descredenciada. Só lá tem 30 mil famílias, e o deputado Vinícius conhece muito bem, de funcionários públicos que não estão sendo atendidos. Hospitais filantrópicos, não é? O Iamspe não reajusta a tabela, e com isso vão fechando, vão terminando os credenciamentos e vai superlotando os outros hospitais e toda a área da Saúde.

Uma outra área que foi muito cobrada pela gente foi a questão do Decreto-Lei, famigerado Decreto-Lei do governador Doria, de 2020, o 65.021, que taxou os aposentados e pensionistas do estado de São Paulo. Vossa Excelência não tem a dimensão da reclamação e dos pedidos que têm no estado de São Paulo, em todos os lugares, para revogar esse Decreto, ou então a Assembleia Legislativa derrubar aqui através do PDL que já está em na Ordem do Dia, que já pode ser votado. Só para você ter uma ideia, é inadmissível que um aposentado e um pensionista que ganham R\$ 2.500,00 tenham um desconto de R\$ 300,00 no seu pagamento. Um pensionista, um aposentado que ganha R\$ 4.000,00 tem um desconto de R\$ 480,00. E um que ganha um salário mínimo tem R\$ 110,00 de desconto. Isso é um sacrilégio, isso é vergonhoso de taxar, voltar a taxar aposentado e pensionista que pagaram durante 30, 35, 40 anos trabalhando e agora foram taxados novamente. Então a pergunta é se tem algum plano para revogar e ressarcir os aposentados e pensionistas daquilo que pagaram.

A outra pergunta - e um pouco de indignação também - é que o governador deixou o governo falando que tinha em torno de 60 bilhões em caixa. Isso é falta de planejamento,

ter tanto dinheiro em caixa dessa forma. E por que, se tem dinheiro em caixa, você não aplicou nas estradas vicinais? Por que que teve que taxar os pensionistas, os aposentados do estado de São Paulo? Por que que teve que cortar todo esse dinheiro do Iamspe, não fazer o repasse, se tem dinheiro em caixa? Por que na Secretaria de Habitação, que constrói casa - e olha que a gente tem muitos moradores em situação de rua e muita gente esperando na fila do CDHU, que foi extinto, foi transferido para Secretaria da Habitação; nessa secretaria foi contingenciado 43,1% do orçamento do estado de São Paulo. Não dá para a gente acreditar.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado Enio, o seu tempo já se encerrou.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Completando, a Secretaria de Direito da Pessoa com Deficiência: 17% em uma secretaria que tem apenas 0,2% do orçamento. E uma outra secretaria, que a gente tem problemas aqui na Região Metropolitana, que é a de transporte metropolitano. Foi contingenciado 11,85 por cento.

Então, a pergunta é: por que fazer um caixa desse tamanho e trazendo tantos problemas para secretarias tão importantes, que mexem com a vida da população aqui no estado de São Paulo?

Só para você ter uma ideia: a Secretaria de Assistência Social tem apenas 0,46%, e consegue-se contingenciar dinheiro para instalação de Bom Prato.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para a conclusão, deputado.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Para repasse para as Apaes e tantas outras entidades, outros programas que foram contingenciados e com tanto dinheiro em caixa.

E para terminar, realmente, só teve uma secretaria que não teve contingenciamento, que teve um aumento, e que foi preparado os dois anos, 2020, 2021, para poder gastar bastante em 2022: é a Secretaria de Comunicação, propaganda institucional do governo do estado de São Paulo. Então, aumentaram em 2020, em 2021...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputado, para a conclusão, por gentileza.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - ...para poder gastar mais esse ano, que é um ano eleitoral.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado. Secretário, por favor.

O SR. FELIPE SALTO - Cumprimentar mais uma vez o deputado Enio Tatto, agradecer pelos questionamentos.

Acho que em primeiro lugar a questão dos incentivos é uma questão em que a sentença... Ainda cabe o recurso que está sendo analisado pela PGE. É uma questão importante do sigilo dos dados dos contribuintes. Isso é uma questão que a gente deve comentar com naturalidade, porque a Receita Federal enfrenta os fiscos de todos os estados, de todos os municípios.

Então, o que nós precisamos ter presente é que não se publica dado individualizado com CPF, CNPJ. E o que nós vamos fazer é cumprir a sentença judicial e usar de todos os recursos. Por isso a Procuradoria-Geral do Estado está analisando, com todo o cuidado devido e com todo o apoio necessário da nossa área técnica, sobretudo a chamada CAT, a nossa receita estadual, e da minha parte e do gabinete também; todas as informações que forem necessárias.

Agora, é preciso registrar os avanços que nós já tivemos também nessa matéria de benefícios fiscais aqui em São Paulo. Já aumentamos, sim, a publicação de dados, a transparência, a prestação de contas. Estamos dando as respostas devidas ao Tribunal de Contas do Estado, MP de Contas. Tenho dialogado com todos eles, ouvido os pleitos e as sugestões e recomendações para que se avance na questão da avaliação, também, dos benefícios. A própria criação do Comitê Executivo de Avaliação das Receitas e dos Indicadores Fiscais, que eu aqui comentei, vai nessa direção.

Sobre o segundo ponto, das vicinais: São Paulo nunca investiu tanto em vicinais. Nós estamos gastando, é verdade. Agora, é preciso dizer, deputado, que o orçamento de fato - como já diz o papa do orçamento, que é professor Raul Velloso - é uma peça de ficção na prática, porque o orçamento, como ele é feito no Brasil, ele é pelo regime de caixa, e no mundo inteiro é pelo regime de competência. Se eu disse que vou gastar comprando celulares para a Assembleia, então esse recurso já está comprometido, e ao

liquidar a despesa foi realizado, e economicamente foi realizado. Quando se emite a ordem bancária é outra história; aí o dinheiro sai do caixa.

É aí que eu já aproveito para responder - vou responder as outras também, mas pulo para a pergunta cinco, que é sobre o caixa, não é? O caixa coroa a gestão fiscal responsável que o Estado tem apresentado em todos esses anos, porque ter um caixa elevado não significa que nós não estamos gastando. Ao contrário, nós tivemos em 2021, e vamos ter nesse ano, dois volumes muito expressivos, e consecutivamente. Então não é só no ano eleitoral, que é 2022, mas também no ano passado, ainda na gestão do ministro secretário Henrique Meirelles, um volume muito grande de investimentos. Mostrei aqui os dados.

Isso significa que não há nada para ser feito? Não. Eu acho que tem muito para avançar. Temos que melhorar a execução. Uma das primeiras coisas que eu pedi - está aqui a equipe para atestar -, e também em reuniões de secretariado e tudo, é que a gente ficasse em cima da execução, porque eu acho que um problema que não é só de São Paulo, é de todos os estados, da União, dos municípios, é a dificuldade de executar. Porque nós temos um problema de gestão. Existe um problema geral de gestão, de gastar bem o recurso. São Paulo está muito melhor do que todos os outros; pode pegar o investimento de todos os estados, não tem nenhum, mesmo proporcionalmente à receita, para não ficar uma coisa de São Paulo destoando porque a economia é maior, que consiga investir tanto como São Paulo. Talvez Alagoas, que tem uma boa gestão com o George Santoro, que é um grande economista que está lá já há vários anos e tem produzido bons resultados.

Agora, o que nós temos que entender é que 35 bilhões, que é o que gente tem de número de fluxo de caixa, não quer dizer que nós não estamos gastando. Ao contrário, a gente está gastando tudo que está previsto no orçamento, aumentando o investimento em quase todas as Secretarias que nessa tabela eu trouxe aqui também - depois se o senhor quiser posso até fornecê-la para cotejar com os dados que o senhor trouxe -, mas a Secretaria de Transporte está aumentando, janeiro a abril contra janeiro a abril; Secretaria de Transportes Metropolitanos também aumentando, Secretaria de Desenvolvimento Regional, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Segurança Pública e assim por diante. Então nós estamos, sim, aumentando o investimento e de uma maneira que se pode dizer generalizada, como a gente pode ver na coluna de variação.

Bom, então, fluxo de caixa, a meu ver, é um dado importante para mostrar o fato de nós termos contas fortes, de ter compromisso com a responsabilidade fiscal sem tesourar recurso. Se a gente estivesse tesourando o investimento não estava subindo. O

custeio estava sendo represado. Os restos a pagar estavam explodindo. Não é o caso. Nós estamos pagando salário em dia. Estamos pagando aposentado em dia. Demos reajuste, como deveria mesmo ter sido dado. E ainda temos um caixa muito bom. Então, isso é um dado que apenas, ao meu ver, como especialista e como secretário de Fazenda, abona a gestão fiscal, que no meu caso é aqui de dois meses e meio, mas que já vem de muito tempo e que vem sendo sistematicamente responsável.

Sobre a questão da taxaço dos aposentados e pensionistas, eu acho que esse tema foi discutido no âmbito da reforma da Previdência, mas vale dizer que essa redução que houve no âmbito da contribuição sobre os aposentados foi em muitos casos compensada pelo próprio reajuste, que se refletiu no benefício médio de aposentadoria e das pensões. Então, até dou um exemplo interessante: eu sou do interior de São Paulo - Laranjal Paulista, região de Sorocaba e tal - e, no fim de semana agora do feriado, conversando com a minha tia-avó, que é aposentada, professora aposentada do Estado, ela comentava que houve uma mudança em razão do efeito 10% que foram concedidos. Então, isso é fato. Quer dizer, só pegar alguns contracheques e comparar para a gente ver o que está acontecendo.

E outro fato importante é que nós, diferentemente, de outros estados e municípios, fizemos sim a reforma da Previdência, e por isso que o Estado não quebrou, por isso que o Estado está com as contas organizadas, e por isso que nós temos um caixa elevado. Então, é preciso dizer o papel que o governador João Doria e o governador Rodrigo Garcia tiveram em entregar contas que, a essa altura do campeonato, em muitos lugares por aí, estão em situação periclitante; não em São Paulo. Em São Paulo nós estamos com as contas em dia. É isso.

O SR. ENIO LULA TATTO - PT - Presidente, só em tempo, sem polemizar. Só apenas esses dos aposentados e pensionistas; não passou pela Assembleia, não foi naquela reforma. Foi através do decreto-lei do governador Doria, e eu dei até o número do Decreto: foi 65.021.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado.

Bom, nesse momento não temos mais nenhum inscrito, acho, ninguém se inscreveu.
(Vozes sobrepostas.)

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Desculpa, presidente, eu achei que podia falar assim que o colega terminasse.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Esqueceu... Por favor, deputada Janaina. Tem V. Exa., então, o tempo até (Vozes sobrepostas.)

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Gostaria de me inscrever também.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Está inscrito agora, deputado Mellão.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Obrigada, presidente.

Cumprimento V. Exa., todos os colegas presentes, senhor secretário, sua equipe. Agradeço a presença, é sempre uma honra recebê-los...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputada, só me desculpa, só para anunciar aqui a presença agora aqui (Inaudível.) o deputado Dirceu Dalben. Obrigado, deputado.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Bom, vou tentar fazer perguntas bem objetivas, Sr. Secretário, agradecendo e parabenizando pela escorreita apresentação.

Quando V. Exa. mostrou o gráfico referente aos limites de segurança, o limite prudencial, os funcionários contratados por meio de OS não estão contemplados naquela representação; estão ali só os funcionários públicos concursados ou são todos os funcionários?

O SR. FELIPE SALTO - Pois é, para fins do limite, deputada Janaína - aproveitando para cumprimentá-la também -, está contemplado.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Estão todos contemplados?

O SR. FELIPE SALTO - Os gastos de OS estão contabilizados no GND, o Grupo de Natureza de Despesas específicas do pessoal. Então, mesmo assim, a gente ainda cumpre o limite.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Está ok.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Só para a gente a chegar um alinhamento aqui, a senhora faz todas as perguntas depois ele responde.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Está ok.

Eu queria voltar muito rapidamente, Sr. Secretário, a essa questão dos aposentados porque isso gerou um constrangimento muito grande aqui para os deputados que apoiaram e até defenderam a reforma da Previdência, e eu estou entre esses deputados, e houve um compromisso na época do líder do governo, que hoje é presidente da Casa, de que não haveria a publicação desse tal decreto. Isso gerou um constrangimento muito grande, porque nós falamos sobre isso no Plenário e foi aprovada a reforma. Um mês depois baixou-se esse decreto, e eu estive na Secretaria, fiz uma reunião longa com o Sr. Secretário Mauro Ricardo, que, com todo respeito, é uma figura. A gente fala, fala, fala e é como se não tivesse falado nada. Eu falei “olha, o governo assumiu compromisso”.

Então fica aqui um pleito mesmo, de um olhar um pouco mais sensível, sobretudo com aqueles aposentados que ganham menos, porque nós lutamos aqui dentro para conseguir alíquotas diferenciadas. O governo mandou uma alíquota única de 14 por cento. Eu me matei aqui para conseguir os 11%, e na semana seguinte veio o decreto para descontar até de quem ganha um salário. Então ficou muito difícil. É uma situação difícil defender um projeto do governo, aprovar com melhoras, e aí na semana seguinte vem um Decreto alterando tudo que foi aprovado.

Então, um pleito de que haja um olhar - vamos dizer assim - sensível, porque na verdade nós acabamos carregando um ônus que não foi nosso, não é? A questão do ICMS dos combustíveis, quando o governo federal fez a proposta de uma alteração para tentar de alguma maneira, vamos dizer assim, equilibrar os aumentos advindos da direção da Petrobras, eu li uma entrevista de V. Exa., uma manifestação de V. Exa. na imprensa, muito crítica a essa proposta do governo federal. E hoje quando V. Exa. se manifestou a respeito eu já senti uma crítica um pouco menor e até uma ponderação sobre as nossas votações aqui de congelamento, por exemplo, do ICMS referente ao diesel.

Então, eu queria entender um pouquinho melhor, se possível, por que a primeira reação foi tão crítica, o que mudou, se existe um olhar agora um pouco mais maleável. Então, se possível.

Eu estou muito preocupada com a movimentação em Brasília, agora acabei de ler que talvez venha uma medida provisória para alterar a lei das estatais. Essa CPI, que eu considero absolutamente sem fundamento. Estou ainda tentando entender qual é o objetivo real dessa CPI.

Então, eu queria se possível ouvi-lo. O senhor traz uma sugestão que é da criação de um fundo ou de um subsídio utilizando o próprio lucro do sócio do acionista majoritário. Eu, em um primeiro momento, concordo com essa visão, mas eu queria ouvi-lo sobre essa proposta de mudar a lei de estatais e, se possível, uma comparação sobre o que ocorre no âmbito federal com o que ocorre no âmbito estadual. Eu até falei esse final de semana, falei: “o governo federal pediu uma CPI da Petrobras, na minha leitura seria como se o governo estadual viesse aqui pedir uma CPI da Sabesp”. Mas eu pergunto: o governo estadual hoje tem um poder de interferir - interferir no bom sentido, não no mau sentido - maior do que tem o governo federal, por força dessa lei de estatal que eles querem mudar? E comparando a nossa situação jurídica com a deles, o poder Estadual é maior? Porque eu quero ser, vamos dizer assim, cuidadosa para com a responsabilidade fiscal, para com essa autonomia das estatais sem ser cruel, entendeu? Eu queria ouvir a sua visão técnica, que me parece muito apurada, até pela própria apresentação.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para a conclusão, deputada.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Sim, estou finalizando.

Se o senhor puder falar um pouquinho mais sobre a sua visão do PLP 18/22 eu agradeceria.

E por fim gostaria de saber se esse seminário do BID que vai acontecer na Secretaria eventualmente admite convidados externos, se haveria essa possibilidade.

É isso, Sr. Secretário, Sr. Presidente, agradecendo.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado deputada. Passo a palavra para o secretário. Anunciar também a presença aqui do deputado Itamar Borges. Obrigado, deputado. Secretário.

O SR. FELIPE SALTO - Agradecer a deputada Janaina Paschoal, cumprimentá-la também. E ótimos questionamentos, como todos, aliás, que estão sendo feitos. Cumprimentar também o deputado Itamar Borges, prazer aqui revê-lo.

O SR. ITAMAR BORGES - MDB - (Inaudível.), secretário.

O SR. FELIPE SALTO - Obrigado.

Basicamente, o que eu gostaria de colocar a respeito das OS é apenas reforçar que os gastos de pessoal estão sendo computados para fins de observação do limite, e os limites estão sendo cumpridos.

Sobre a Previdência, de fato eu acho que nós precisamos ter constantemente esse olhar social. Eu até, no meu discurso de posse na Secretaria da Fazenda, ali na Rangel Pestana, falei isso, que nós temos que combinar responsabilidade fiscal com responsabilidade social. E acho que essa é uma busca permanente, tanto uma quanto a outra. Não adianta só fazer esforço fiscal e aumentar os resultados primários, o que é fundamental para poder ter empréstimos. Exemplo: o Renasce Tietê, que nós conseguimos fazer avançar agora o pedido de aval lá em Brasília para conseguir esse empréstimo, e fazer o que foi feito com o Rio Pinheiros. Hoje o Rio Pinheiros está despoluído.

Então, esse tipo de exemplo mostra que responsabilidade fiscal tem que ter um objetivo, tem que ter a responsabilidade social associada, e por isso acho importantíssimo a gente seguir discutindo os caminhos para nossa Previdência. A Previdência está longe de ser um problema resolvido. Acho que o que nós conseguimos fazer foi equilibrar para o médio prazo. Agora, nós temos um déficit atuarial que é uma fotografia - como se a gente pudesse antecipar o futuro, claro que isso envolve projeção, sobretudo da taxa de desconto para trazer esses déficits a valor presente -, mas é uma fotografia que nos mostra uma coisa na casa de 850, 950 bilhões de reais, que é muita coisa. Então é um problema patente, tanto do ponto de vista fiscal quanto do ponto de vista social.

A questão dos combustíveis tem várias questões sobre o PLP 18 e o nosso posicionamento. O governador sempre deixou muito claro que o objetivo dele é colaborar para que se tenha, de alguma maneira, uma contenção desses aumentos ou até uma possível... estancar essa sangria que está acontecendo nos preços dos combustíveis. Agora, o que acontece é que o PLP 18 avançou de uma maneira que quando chegou no Senado já não tinha mais como retroceder. Até o senador Serra me ligou, e relatei isso ao

governador, falou “olha, esse projeto tem que não avançar, não pode”. Só que é aquela coisa “second best”; o “first best” era que esse projeto não avançasse, mas dado que ele ia avançar, então, a atuação de São Paulo, do governador Rodrigo Garcia especialmente, e eu colaborando para isso também, foi no sentido de dizer “olha, já então que vai se caminhar nessa direção, então que pelo menos exista a compensação”. Porque os estados não podem simplesmente - além do congelamento que já foi feito desde novembro, que implicou essa contribuição de 17 bilhões no conjunto dos estados - ainda incorrer em novos custos sem que ao menos houvesse algum tipo de compensação. E a proposta foi que se compensasse abatendo dívida. São Paulo paga 22,35 bi por ano de dívida, quer dizer, amortização mais o juro que paga mensalmente. Então, você tem a possibilidade de abater mensalmente esses fluxos. Infelizmente isso saiu, foi incorporado pelo senador Fernando Bezerra, mas depois, pela regra técnica do gatilho de 5% que a Câmara reestabeleceu, perdeu-se essa possibilidade.

Então, o que nós estamos fazendo hoje - agora às 18 horas e 30 minutos tem uma nova reunião do Comsefaz, presidente, amanhã às dez horas da manhã também uma reunião do Confaz -, nós vamos ter os desdobramentos disso. Os Estados vão ter que decidir, a partir da decisão do ministro André Mendonça, fixar uma alíquota chamada de “ad rem”, que é uma alíquota em reais. Então, se o preço por hipótese é cinco reais, você pode ter uma alíquota de 10% ou pode ter uma alíquota de um real. Dez por cento chama “ad valorem”, e o um real chama “ad rem”. Então, o que o ministro disse com base na Lei Complementar nº 192, que é bastante questionável - que eventualmente invade a competência exclusiva dos Estados para fixar as alíquotas e para ter a ingerência sobre o imposto estadual, que é o ICMS -, com base nela ele diz “então, olha, vocês aí tem que fixar uma alíquota ‘ad rem’ que seja uniforme etc., e se não fizerem isso então vai valer a média móvel dos 60 meses, dos cinco anos.

Então, o que os Estados estão agora discutindo, estão discutindo neste momento as procuradorias, os secretários de Fazenda e os governadores, é para que amanhã no Confaz se opte por uma alternativa que vá nessa direção de cumprir a decisão do ministro André Mendonça e também o PLP 18, que a qualquer momento vai ser sancionado e também terá que ser cumprido. Por exemplo, no exemplo prático, a gasolina em São Paulo é 25%; já vai abaixar para 18, e isso obviamente vai gerar um efeito significativo isoladamente no preço. A questão é que é uma luta de Davi contra Goliás, porque se o Estado zerasse o ICMS do diesel, por exemplo, tira 66 centavos da conta, passa um mês e meio e tudo que a Petrobras aumentou já comeu todo esse ganho.

Agora, há um custo altíssimo para a Saúde e para a Educação, porque você tira a receita do ICMS, tem vinculação. A gente mostrou até na primeira estimativa - vamos chamar de cenário pessimista, dado que as mudanças que vão ser feitas amanhã devem mudar um pouco esses números -, mas se a gente imaginar uma perda anualizada de 15,4 bilhões, só a Saúde perderia em torno de 1,5 bilhão. Um bilhão e meio dá para custear dois anos do Instituto do Câncer. E a mesma coisa: a gente poderia fazer equivalências do quanto a Educação perde e do quanto as universidades perdem, as nossas três universidades que a gente tem que cuidar. E acho que nós temos que zelar cada vez mais pelo orçamento e pelas universidades e pela externalidade positiva que elas geram, não só o conhecimento para quem estudou nas nossas três universidades paulistas, mas também todo o bem que é produzido não diretamente ao aluno que sentou nas cadeiras da USP, da Unesp e da Unicamp, mas também a todos nós que nos beneficiamos dos resultados das pesquisas e da atuação desses profissionais. O prejuízo para eles seria de mais de um bilhão de reais. Então, isso é importante ter claro. Nós não podemos deixar que avance uma coisa que retira dinheiro da Saúde e da Educação sem produzir o efeito sobre o preço.

É nesse sentido que o governador falou: “muito bem, então deve haver a compensação e se não houver a compensação, São Paulo vai, sim, repor o dinheiro para que nenhuma dessas áreas perca um centavo. É isso que vai ser feito”. Como vai ser feito isso? Ora, se tem uma fonte orçamentária prevista para pagar dívida pública ou para pagar despesas, em geral isso vai ter que ser realocado para que a Saúde e Educação e todas as vinculações importantes não sejam prejudicadas em termos absolutos.

Bom, o que fazer diante disso? Essa discussão sobre a Petrobras, a meu ver, é bizantina, porque você não pode dizer de repente que a Petrobras tem que pôr o preço aqui ou ali. Ao mesmo tempo, uma CPI da Petrobras também é jogar para torcida, quer dizer, o que precisaria ter feito? Uma política nacional que envolvesse subsídios, que envolvesse uma conta de estabilização do petróleo, como já foi dito lá atrás, não é? Eu até tinha críticas àquela proposta original da conta de estabilização, porque eu acho que ela podia atuar não no preço e no produtor e no importador, mas transferir recurso direto para a família que está sendo afetada. Isso é um isso é um subsídio, é muito mais eficiente do que você pegar e transferir para o importador ou para o produtor, porque aí você não garante que vai afetar o preço na bomba. Agora, se você faz uma transferência direta, complementando um dos programas sociais que já existem, você consegue atingir

exatamente aquele beneficiário que realmente está sendo afetado ou para quem é mais sensível essa alta de preço de combustível. É isso.

Ah, sobre o seminário do BID eu já faço o convite desde já e acho que o Eduardo, que está aqui, ele pode até ver como viabilizar a participação. Vai ser uma honra.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, secretário. Deputado Ricardo Mellão.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, só para me inscrever depois da fala do Mellão.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Ok.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Muito obrigado, presidente.

Bom, primeiramente queria cumprimentar o secretário Felipe Salto. Me permitir tirar o crachá aqui por um instante. O Felipe Salto é amigo meu antigo, desde antes de eu ser político, dele ser político, nós estávamos também na iniciativa privada. Então, já o acompanho há muito tempo, uma relação de amizade se manteve. E fiquei muito feliz de ver ele sendo nomeado secretário da Fazenda. Isso era um destino já praticamente escrito: o Salto subiria a grandes posições; até pela pouca idade, assim como eu tenho, ele é ainda mais novo que eu, e já é considerado um dos maiores especialistas quando a gente fala em contabilidade pública no Brasil. Então o Felipe Salto é um prodígio que eu acompanho e gostaria de parabenizar e dizer o quanto eu fico feliz e satisfeito aqui, como amigo dele, de poder me encontrar nessa situação, podendo fazer perguntas. E logicamente parabenizar também a apresentação feita aqui. Eu acho que está bem didática.

Mas secretário, voltando aqui, colocando o crachá de volta: tem uma questão que eu tenho questionado e eu tenho mergulhado nesse assunto - inclusive enviei um requerimento de informações ao Detran, em fevereiro, que chegou até mim de volta poucos dias atrás -, que é a respeito da taxa de fiscalização e licenciamento, que nós tivemos um aumento, esse ano, muito expressivo. E, do meu ponto de vista, eu não consegui encontrar ainda justificativa para isso. Era uma taxa que foi ampliada dentro daquele Projeto, o PL nº 529, que virou a Lei nº 17.293 e também permitiu que o aumento das alíquotas de ICMS tivesse uma base de 8%, dentro daquele projeto tinha essa previsão, mas pelo prazo legal só passou a valer esse ano. Era uma alíquota, para você ter

uma ideia, que no ano passado custava R\$98,91 e agora para esse ano passou a ser de R\$144,86, ou seja, um aumento de mais de 46 por cento.

E aí fica o questionamento, porque ao mesmo tempo eu vi um efeito inverso em Minas Gerais, por exemplo, que lá teve o mesmo problema, esse questionamento em relação à taxa de licenciamento, porque desde - pelo menos aqui em São Paulo, isso é informação que o próprio Detran me respondeu -, desde maio de 2020, a emissão dos documentos de veículos, que antes era feito naquele papel verdinho, papel moeda, tinha o custo de impressão, hoje é totalmente digital. A pessoa simplesmente imprime em casa se ela quiser, ou tem no próprio celular e mostra. Então, é um custo que essa taxa cobria que diminuiu. Então Minas, inclusive por ter sido isso questionado, e lá também passou a ser 100% digital, eles aprovaram o projeto que essa taxa, que era de cerca de R\$ 135,95, passou a ser de cerca de R\$ 30,00 mais ou menos, justamente por esse questionamento, entendendo que é um serviço que barateou. Eu sei que a lei diz que essa taxa - e pesquisei bastante ali na lei que institui a taxa, tal -, que ela é devida em virtude do exercício do poder de polícia do Estado. O Detran não me respondeu. Queria saber no que esse aumento - que pelos meus cálculos dá mais de um bilhão, só esse aumento feito de arrecadação esse ano -, onde ele vai ser gasto? Porque eu não encontrei na parte de despesas pelo sistema Sicon quais despesas estão carimbadas como fonte dessa taxa.

Então, até entrei com um projeto agora semelhante ao de Minas Gerais, que eles fizeram a proporção do valor do Detran de lá com o número de veículos, e assim eles chegaram ao custo dessa taxa. O Detran, por exemplo, tem um orçamento de cerca de 600 milhões de reais. A arrecadação com essa taxa, pelos meus cálculos - logicamente você vai saber falar muito melhor do que eu - cerca de quatro bilhões e meio. Então aonde a mais esse acréscimo está sendo gasto? Ele está custeando o que a mais, sendo que parte do serviço diminuiu e nós tivemos esse aumento expressivo que nunca se deu em nenhum dos anos? Os aumentos sempre foram muito menores.

Então, eu gostaria de saber e até discutir, secretário, a possibilidade, se é possível a gente fazer igual fez Minas Gerais e trazer esse presente para o pagador de impostos paulista de poder pagar também, ter uma redução, já que o Estado, através do uso da tecnologia, permitiu que esse serviço fosse mais eficiente e mais barato.

Então é isso, essa que é a minha questão, saber onde a mais essa taxa está sendo gasta; ela vai custear o que a mais, além dessas questões todas? Porque também não vimos na parte de fiscalização; não vi nada extraordinário sendo investido, sendo gasto. Pelo que me consta as operações são semelhantes, não vimos; até por um montante desse, com

certeza apareceria. E saber se existe a possibilidade da gente poder discutir a redução dessa taxa e dar esse presente ao cidadão paulista que tem veículos. Só para lembrar, é a taxa dos veículos usados que teve esse aumento enorme; a taxa de novos teve um aumento um pouco menor.

Obrigado, secretário, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Antes do secretário responder, deputado Mellão, só avisar aos senhores que dentro de 13 minutos nós vamos estar entrando na sessão extraordinária. E, lógico, se houver um pequeno atraso no Plenário, que nós vamos continuar aqui de maneira oficial até que a sessão se abra. Regimentalmente, a sessão abrindo, temos que encerrar aqui a nossa Comissão.

Secretário, por favor.

O SR. FELIPE SALTO - Cumprimentar o deputado Ricardo Mellão, que é amigo de longa data, não é, Mellão? E seu pai certamente está orgulhoso de onde está vendo você aqui, onde ele também esteve por muito tempo, João Mellão Neto, e que foi um liberal que hoje é difícil de encontrar, não é, Mellão?

Se Minas Gerais deu algum presente foi presente de grego, porque as contas de Minas Gerais nunca tiveram tão ruins. É um estado que sistematicamente tem contas ruins. E São Paulo é um estado que sistematicamente tem contas equilibradas. E a taxa que nós estamos cobrando é porque o Estado, até para o mais liberal dos economistas, dos políticos, dos pensadores tem que exercer o seu poder de polícia. E se você observar aqui na tabela, que depois eu posso te entregar, nós estamos tendo aumento em quase todas as Secretarias e também, se a gente olhar por função, também aumento de investimento em quase todas as secretarias.

Então, é nesse sentido que cobrar impostos é uma atividade que muitas vezes pode ser penosa para o contribuinte que tem que pagar, que tem que recolher, mas é muito menos penoso em um Estado que usa esses recursos de uma maneira inteligente e aumenta investimento e aumenta quantidade e qualidade de políticas públicas, como eu mostrei exaustivamente com os números que foram apresentados.

Agora, é óbvio que nós sempre podemos discutir, melhorar, e acho que a sua proposta de avaliar talvez a qualidade, a composição da carga tributária no estado de São Paulo é interessante. Então, eu sempre tenho dito - e até instituí um programa inspirado no professor Yoshiaki Nakano, que foi secretário do saudoso governador Mário Covas,

chamado gabinete de portas abertas, todas as sextas-feiras, para dialogar com os servidores, com os fazendários, com os colaboradores da Secretaria, ouvir as críticas, reclamações. Até criamos dois grupos de trabalho, um de pessoal, outro de tecnologia de informação, e a mesma coisa vale para o setor empresarial, para os políticos, para os nossos parlamentares, da situação, da oposição e é claro que estamos dispostos sempre a discutir. É isso.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, secretário. Deputado Gil Diniz, até cinco minutos.

O SR. GIL DINIZ - PL - Obrigado, presidente, ao cumprimento, por essa sessão híbrida aqui, voltando aos trabalhos presenciais nas comissões.

Cumprimentar o secretário Felipe Salto pela presença, pela explanação. Não consegui vir aqui no início da apresentação. Estava no Plenário. Logo que soube que estava sendo realizada a Comissão presencial me dirigi aqui ao Plenário.

Vou ser bem sucinto - o deputado presidente Gilmaci daqui a pouco vai começar a Ordem do Dia - só dentro dessas questões que foram colocadas aqui sobre a questão dos impostos, dos aumentos.

Secretário, há algum imposto ou taxa que foi reduzida ou extinta durante esse período de pandemia? Nós tivemos o PL nº 529 que foi aprovado aqui nessa Assembleia; teve aqui um duro debate. E ao final o governo conseguiu aprovar esse projeto. No nosso modo de enxergar, aumentou, majorou a carga tributária, por mais que o governo tenha a narrativa de diminuição de incentivos fiscais.

Perguntar também, dentro dessa aprovação do 529, foram colocadas algumas empresas públicas ali, algumas para se fundir, outras para serem extintas. Quais delas que já foram extintas, que já se fundiram, que já não existe essa estrutura? Saber também se tem mais alguma empresa no radar do governo estadual, por exemplo, a questão da Sabesp. Vários funcionários da Sabesp nos procuram perguntando, às vezes, questionando sobre a privatização da Sabesp.

E também, dentro do que o deputado Enio Tatto, outros parlamentares sempre se posicionam aqui na Assembleia, essa questão do Decreto, onde onerou principalmente os funcionários que recebem um salário mínimo. Nós temos o PDL nº 22 aqui e outros PDL também para derrubar esse Decreto e essa taxação no salário dos servidores, principalmente dos aposentados. Se há a possibilidade de vir alguma coisa do governo

para que nós possamos ou aprovar esses PDL aqui na Assembleia, ou algo do governo que possa dar, além do reajuste que V. Exa. falou aqui na questão dos salários dos servidores, mas é uma questão sensível que todos os dias nos nossos e-mails, nas nossas redes sociais nós recebemos essas demandas. São esses os questionamentos.

O SR. FELIPE SALTO - Obrigado, deputado.

Olha, acho que são questionamentos fundamentais, na linha do que o deputado Ricardo também colocou. Eu diria o seguinte: olha, a aplicação de recurso público e a contrapartida que a gente tem para cada imposto, para cada contribuição, para cada multa e taxa, ela não deve ser olhada estritamente ou só do ponto de vista contábil - a fonte 100 foi para a despesa XYZ. Porque muitas vezes você tem taxas, contribuições que tem aplicação livre.

Então, o fundamental é a gente ver o seguinte: o conjunto dos impostos e contribuições está aumentando, no caso do Estado, do ICMS, do IPVA, do ITCMD, das multas e taxas? Sim. A receita está aumentando sem que o Estado tenha feito nenhum tipo de majoração de alíquota. Veja que o programa de ajuste fiscal, isso é bom a gente ter presente, se não fosse esse programa que em um biênio produziu - e aí faça-se justiça e cite-se o secretário Mauro Ricardo Costa, teve um papel fundamental nisso -, nós tivemos 27,6 bilhões de reais que foram para a Saúde, para comprar equipamentos, para hospitais, em um momento em que, a gente não pode esquecer, a Covid tomou conta do País inteiro, do mundo inteiro. Então, o programa de ajuste fiscal foi isso.

Agora, vale dizer que o PLDO para 2023 já contempla a volta àquilo que era o pré-programa de ajuste, digamos assim. Nós temos 61,8 bi de gastos tributários e vamos ter ano que vem algo como 82 bilhões. Então, isso mostra que haverá esse retorno, como estava previsto desde a origem no programa de ajuste fiscal.

Agora, é preciso ter muita cautela com, por exemplo, a defesa unilateral de redução de imposto. Muito bem, se nós temos vinculação, temos despesa obrigatória, tem despesa de salário, de previdência, que cresce quase que automaticamente, porque você tem uma série de indexações e determinações constitucionais ilegais, quem paga a conta? Então, alguém tem que pagar essa conta ou nós vamos nos endividar mais, ou nós vamos ter que cortar gastos sociais, investimentos. Então, essa não é a escolha do governo do estado de São Paulo. A nossa escolha é responsabilidade fiscal com responsabilidade social. Por isso que o investimento está aumentando, por isso que os gastos sociais agora foram

majorados. Vale registrar o ajuste do vale gás, no momento em que claramente nós precisávamos ter alguma ação para beneficiar quem está lá na ponta.

Então, há uma tranquilidade muito grande, mas da mesma forma como eu coloquei para o deputado Ricardo Mellão, a gente está sempre aberto às discussões e sugestões.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, secretário.

Secretário, neste momento não há mais ninguém inscrito, nenhum orador. (Inaudível.) nós estamos já chegando aqui também já no finalmente da nossa reunião. Daqui a pouco vai começar a sessão ordinária, Ordem do Dia. Nós temos que encerrar.

Só anunciar aqui a presença do deputado Carlos Cezar.

Passar para V. Exa. para as suas considerações finais, se assim desejar.

O SR. FELIPE SALTO - Bom, quero apenas agradecer, presidente, cumprimentá-lo mais uma vez, agradecendo pela oportunidade, ainda que por uma determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas é importante registrar a alegria de poder estar aqui, compartilhar essas informações que ao meu ver são muito positivas.

Agradecer também pelos comentários críticos, sugestões e apontamentos sobre os caminhos que a gente pode eventualmente melhorar. E o estado de São Paulo, certamente, e a Secretaria de Fazenda, pela qual eu respondo, estão abertos a esse tipo de colocação.

Muito obrigado mais uma vez, e agradeço e cumprimento a todos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, secretário.

Eu queria agradecer aqui a todos os Srs. Deputados, Sras. Deputadas que participaram aqui presencial, de maneira virtual também.

Agradecer a V. Exa., a sua equipe toda que aqui está presente. Muito obrigado pela presença de vocês. É sempre uma honra recebê-los.

E agradecer por tudo que foi dito aqui para explanação, parabenizar Vossa Excelência. Eu não conheci pessoalmente, mas saio daqui bem satisfeito com aquilo que a gente ouviu. A gente ouviu do senhor, da sua equipe, (Inaudível.), sim, que as finanças de São Paulo realmente estão em boas mãos.

Nada mais além para tratar, está encerrada a nossa sessão.

Tikinet Edições Ltda.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *